

1 DY Nº Fis CPL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017-CPL

TIPO: Menor Preço Global

REGÊNCIA: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços Urbanos

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 15.003/2017

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 09 de Janeiro de 2018 às 09:00 horas – Caso ocorra ponto facultativo ou outro impedimento legal, a presente licitação será realizada no primeiro dia útil subsequente.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BURITIRANA - MA (CPL), torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará e julgará a licitação acima indicada e receberá os envelopes HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS na Rua Senador La Rocque s/n Centro, sob as seguintes condições:

1. OBJETO

- 1.1. Execução de drenagem de vias urbanas do município de Buritirana, conforme Anexo II.
- 1.2. O valor estimado para a contratação é de R\$ 210.526,31 (duzentos e dez mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta e um centavos)

2. PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. A execução do objeto será no prazo de três meses.

3. FONTE DE RECURSOS

3.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos:

Convênio nº 003/2017 – UGCC/SINFRA 15.695.0004.1 - 034 – Pavimentação, Drenagens e Sinalização Turística 4.4.90.51 – Obras e instalações

4. LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. O Edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos gratuitamente por meio do site www.buritirana.ma.gov.br ou mediante solicitação ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações na sede da CPL sito na Rua Senador La Rocque s/n Centro Buritirana – MA.

5. DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE EDITAL

- 5.1. Integram o presente Edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:
- a) Anexo I
- Carta de Apresentação/Proposta de Preços;
- b) Anexo II
- Projeto Básico/Termo de Referência;
- c) Anexo III
- Modelo de Carta Credencial;
- d) Anexo IV
- Minuta do Contrato;
- e) Anexo V
- Declaração a que alude o art. 27°, V da Lei n.º 8.666/93;





f) Anexo VI Habilitação; - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da

g) Anexo VII

- Modelo de declaração de enquadramento como ME, EPP, MEI ou COOP.

6. DA PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar do presente certame empresas devidamente cadastradas junto ao órgão competente deste Município ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até terceiro dia à data dos recebimentos das propostas, observada a necessária qualificação.
- 6.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:
- 6.2.1. Pessoas Naturais;
- 6.2.2. Empresas apresentadas na qualidade de subcontratadas;
- 6.2.3. Pessoas jurídicas que estejam cumprindo pena de suspensão de licitar com a Administração Pública ou qualquer de seus entes da administração indireta ou tenham sido por estes declaradas inidôneas, ainda que tal fato se de após o início do certame;
- 6.2.4. Empresas que tenham sócio-gerente, diretor ou responsável que seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.
- 6.3. É vedada a participação de consórcios nesta licitação.
- 6.4. Não poderão participar desta licitação empresas das quais participem, seja a que título for, servidor público municipal de Buritirana (MA).

7. – DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 7.1 Por força da Lei Complementar nº 123/06 e do Decreto Municipal nº 004/17, as microempresas MEs, as empresas de pequeno porte EPPs e os microempreendedores individuais MEIs que tenham interesse em participar desta Tomada de Preços deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:
 - a) as licitantes que se enquadrem na condição de ME, EPP ou MEI, e que eventualmente possuam alguma restrição no tocante à documentação relativa à regularidade fiscal, <u>deverão consignar tal informação expressamente na declaração prevista no item 9.3</u>
 - b) no momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma ME, EPP ou MEI, deverá ser apresentada, no respectivo envelope, toda a documentação exigida neste edital, ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição;
 - c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do

A A B





resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

d) A prorrogação do prazo previsto na alínea "c" deverá ser concedida pelo presidente da CPL quando requerida pelo licitante, <u>a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho</u>, devidamente justificados.

e) A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam as alíneas "c" e "d".

- f) A não regularização da documentação no prazo previsto nas alíneas "c" e "d" implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- g) como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para MEs, EPPs ou MEIs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por MEs, EPPs ou MEIs sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a melhor proposta classificada.
- h) como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para MEs, EPPs ou MEIs sediadas no âmbito local (limites geográficos do município de Buritirana MA), entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por MEs, EPPs ou MEIs locais sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a melhor proposta classificada.
- i) O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto Municipal nº 004/2017.

7.2 – Para efeito do disposto no item acima, caracterizando o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

- a) a ME, EPP ou MEI mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de dez minutos após o encerramento da fase de julgamento das propostas de preços, sob pena de preclusão;
- b) a nova proposta de preço mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME, EPP ou MEI) no caso da alínea "g" e (ME, EPP ou MEI sediadas no âmbito local) no caso da alínea "h", desde que seu preço seja aceitável;
- c) não ocorrendo a contratação da ME, EPP ou MEI, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs, EPPs ou MEIs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) no caso de equivalência de valores apresentados pelas MEs, EPPs ou MEIs que se encontrem

A Part of the second of the se





enquadradas no item 7.2., alínea c, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

e) na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.2, alínea c, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

f) o procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME, EPP ou MEI.

8. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

8.1. A documentação deverá ser entregue pelo representante legal da empresa licitante à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, em 02 (dois) envelopes opacos, devidamente lacrados e invioláveis, o primeiro, identificado como "ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", o segundo, como "ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS", em cujas partes externas, além da razão ou denominação social da empresa licitante, deverão conter:

Envelope nº 01 - Documentação de Habilitação

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA (MA)
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL
Rua Senador La Rocque s/n Centro Buritirana - MA

Tomada de Preços nº 007/2017 - CPL - Data: 09/01/2018 às 09:00 horas

- 8.2. Para habilitação à presente licitação, as empresas apresentarão os documentos abaixo relacionados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, conforme exigência da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF;

- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão de Quitação de Tributos Federais e Certidão quanto à Dívida Ativa da União);
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa da Fazenda Estadual e Dívida Ativa).

e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal (Tributos Mobiliários e Imobiliários);

f) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (CRF do FGTS);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.





h) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

i) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

j) Prova de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA;

l) Comprovação da Licitante de que, eventualmente declarada vencedora do certame, disporá, na data da contratação, de profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução de obra ou serviço da natureza e volume equivalente ao objeto a que propõe executar;

1.1) Para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional supra, as licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos julgarem necessários e pertinentes a um ou mais profissionais;

l.2) A comprovação de disponibilidade do profissional, prevista na alínea "l", <u>poderá ser feita por meio de declaração formal</u>;

1.3) Os profissionais indicados pela licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, deverão participar do serviço/obra objeto desta licitação, podendo ser substituídos por outro com experiência equivalente ou superior, mediante prévia autorização da Administração Pública Municipal (§ 10°, do art. 30, da Lei n° 8.666/93);

m) Declaração a que alude o art. 27°, V da Lei nº 8.666/93(conforme anexo V);

n) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, em cópia autenticada, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

n.1) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais devem ser maior que 1,00, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

 $SG = \frac{ATIVO TOTAL}{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$

 $LC = \frac{ATIVO CIRCULANTE}{PASSIVO CIRCULANTE}$

- n.2) As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.
- n.3) Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.
- n.4) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

Again The same of the same of





- n.5) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- n.5.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- n.5.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- n.5.3) sociedade criada no exercício em curso:
- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- n.5.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- o) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme art. 32, parágrafo segundo da Lei nº 8.666/93 (conforme anexo VI);
- 8.3. Não será admitida, em qualquer hipótese, a retirada da documentação apresentada pela licitante em sua versão original nos autos do processo.
- 8.4. Os documentos em que o prazo de validade não estiver estipulado expressamente, ou fixado em lei, serão tidos como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.
- 8.5. Será considerado inabilitado o licitante que deixar de apresentar, ou apresentar de forma incompleta, incompreensível, ilegível, com erro, rasura, omissão, qualquer exigência contida neste Edital.
- 8.6. O Envelope nº 02 deve conter a seguinte identificação:

Envelope n.º 02 - Proposta Preços

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA (MA) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL Rua Senador La Rocque s/n Centro Buritirana - MA

Tomada de Preços nº 007/2017 - CPL - Data: 09/01/2018 às 09:00 horas

E em seu interior deverá conter os seguintes documentos e elementos:





- 8.7. Proposta de Preços, (Anexo I) Em papel timbrado da licitante, datilografada ou impressa por qualquer outro meio, datada e assinada pelo seu responsável ou representante legal da licitante, rubricada, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, contendo, necessariamente, os preços, em moeda corrente nacional, em valores unitários e totais, absolutamente líquidos já incluídos todos os encargos inerentes ao objeto, contendo:
- a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação;
- b) Prazo de execução será de três meses;
- c) O preço total da proposta em algarismo e por extenso;
- 8.7.1. As propostas deverão apresentar preços correntes de mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e ainda:
- 8.7.1.1. Planilha orçamentária, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal;
- 8.7.1.2. Composição unitária de preços;
- 8.7.1.3. Composição de B.D.I.;
- 8.7.1.4. Composição de encargos sociais;
- 8.7.1.5. Cronograma Físico-Financeiro
- 8.7.2 É de exclusiva responsabilidade dos licitantes a descrição de todos os dados da proposta apresentada;
- 8.7.3. Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo, bem como aquelas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, de modo a ensejar dubiedade, principalmente em relação a valores;
- 8.7.4. As propostas de preços serão abertas em ato público, em data a ser definida pela Comissão Permanente de Licitação e comunicada previamente às licitantes.

9. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. As licitantes deverão se apresentar junto ao Presidente da CPL por meio de um representante, portando seu documento de identidade original e devidamente munido de Carta Credencial, com firma reconhecida em cartório, podendo ser utilizado o modelo do Anexo III do Edital, ou procuração que o nomeie a participar deste procedimento licitatório em nome da licitante, respondendo por sua representada, comprovando os necessários poderes para firmar declarações, interpor ou renunciar à interposição de recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame.







- 9.2. As participantes deverão apresentar também ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando o licitante for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;
- 9.2.1. O credenciamento ora solicitado deverá ser entregue em anexo, na parte externa do "Envelope nº 01 Documentação de Habilitação" ou apresentada pelo novo representante em tempo hábil, quando for o caso.
- 9.3. As licitantes que se enquadrem na condição de ME, EPP ou MEI <u>deverão apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado onde está sediada</u> e <u>declaração que comprove sua condição de ME, EPP ou MEI</u>, atestando ainda que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VII do Edital.
- 9.3.1. Na hipótese do item 9.3, <u>não serão considerados os documentos que estejam dentro de envelopes lacrados de habilitação</u>, que não serão abertos no início da respectiva sessão.
- 9.3.2. A declaração da condição de microempresa e de empresa de pequeno porte de que trata o item 9.3 deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante, e deverá ser prestada com plena veracidade, sob pena de infringência ao artigo 299 do Código Penal.
- 9.3.3. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, no afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 9.3.4. No caso de microempreendedor individual MEI, a declaração da condição de que trata o item 9.3 poderá ser substituída pelo Certificado de Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, emitido pelo Portal do Empreendedor.
- 9.3.5. A falta da Certidão Simplificada da Junta Comercial e da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sua imperfeição não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
- 9.4. Após o horário marcado para a abertura dos envelopes, declarado o início dos trabalhos, nenhum outro será recebido.
- 9.5. A abertura dos envelopes será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão.



(12 Nº FIS CPI

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 9.6. Na data e hora indicadas para o recebimento das propostas, a Comissão Permanente de Licitações abrirá, em primeiro lugar, o envelope nº 01, referente à documentação e habilitação preliminar; em seguida, o envelope nº 02 Proposta de Preços. Os membros da Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfazer as exigências deste Edital.
- 9.7. O não comparecimento de qualquer participante às novas reuniões designadas não impedirá que ela se realize, não cabendo aos ausentes o direito de reclamação de qualquer natureza.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 10.1. No julgamento levar-se-ão em conta, no interesse do serviço público, as condições de <u>Menor Preço Global</u>, como disposto no art. 45, § 1°, inciso I, da Lei n.º 8.666/93.
- 10.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital inclusive financiamento subsidiado ou a fundo perdido nem preço ou vantagem baseada na oferta dos demais Licitantes.
- 10.3. Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o presente Edital não tenha estabelecido limites mínimos.
- 10.4. A proposta apresentada que não se adequar aos termos deste Edital será rejeitada pela Comissão Permanente de Licitação.
- 10.5. Obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, fica ressalvada à Comissão Permanente de Licitação, a seu exclusivo critério e mesmo depois da apresentação das propostas, sem que caiba às concorrentes, nas hipóteses abaixo, pleitear indenização, compensação ou vantagens a qualquer título, o direito de:

a) julgar livremente a presente licitação;

b) propor, motivadamente, à autoridade superior, a anulação ou a revogação do certame;

c) desclassificar as propostas que não estejam em condições de assegurar execução satisfatória do objeto licitado, não atendam às exigências deste ato convocatório e que contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis (art. 48, incisos I e II, da Lei Federal n.º 8.666/93);

d) quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas que não contenham as irregularidades que geraram a inabilitação ou a desclassificação.

11 - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

11.1. Em caso de empate entre duas ou mais concorrentes o desempate ocorrerá por sorteio, em ato público, realizado pela Comissão Permanente de Licitação, para o qual todos os licitantes serão convocados.





12 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

12.1. O resultado do julgamento desta licitação será divulgado na imprensa oficial, salvo se presentes os representantes dos licitantes no ato em que for adotada a decisão pela CPL, quando poderá ser feito diretamente aos interessados e lavrado em ata.

13 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será parcelado conforme a execução e efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças ou por outro setor específico da Prefeitura Municipal de Buritirana MA, de acordo com os seguintes procedimentos:
- a) O primeiro pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a realização da primeira medição, devidamente atestada pela fiscalização.
- b) As medições dos serviços serão parciais, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela licitante.
- c) A contratada deverá apresentar a fatura, bem como os demais documentos exigidos, de acordo com cada medição, considerando-se este como o momento do adimplemento da etapa;
- d) O prazo de pagamento da(s) parcela(s) subseqüente(s) será de até 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da fatura à PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA-MA, referente à data final do período de adimplemento.
- 13.2. A primeira medição só será realizada com a apresentação da cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica ART da obra junto ao CREA-MA, bem como do documento que comprove que a obra foi matriculada no INSS.
- 13.3. As demais medições serão liberadas com a apresentação da Guia de Recolhimento junto ao INSS referente ao mês imediatamente anterior à solicitação do pagamento.
- 13.4. A medição final só será liberada contra a apresentação da CND junto ao INSS, bem como do Certificado de Regularidade junto ao FGTS, da obra contratada.
- 13.5. Nenhum pagamento se fará sem que a firma adjudicatária tenha recolhido valor de multa, eventualmente aplicada.
- 13.6. Os preços incluem todas as despesas com impostos, seguros, fretes, taxas ou outros encargos eventualmente incidentes sobre os serviços, não podendo sofrer reajuste de qualquer natureza, exceto nas hipóteses previstas em lei.

14 - DOS ENCARGOS LEGAIS

14.1. Os encargos legais vigentes ou futuros, decorrentes da legislação social ou fiscal, bem como os originários da relação empregatícia entre a empresa a ser contratada e o pessoal por ela empregado





na execução do objeto da presente licitação (trabalhista, previdenciária e securitária), ficarão inteiramente sob a responsabilidade da proponente vencedora, não mantendo a Administração qualquer vínculo com os empregados da mesma.

15. DO PRAZO RECURSAL

15.1. Dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitações – CPL, decorrentes da aplicação dos termos desta licitação, caberão recursos, conforme previstos na Lei 8.666/93.

16. DA CONTRATAÇÃO

- 16.1. A execução dos serviços será no prazo de três meses.
- 16.2. O Contrato entre a Prefeitura Municipal de Buritirana (MA) e a firma adjudicada será lavrado nos termos do art. 54 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, consoante minuta do anexo IV.
- 16.3. A empresa adjudicatária deverá assinar o Contrato (anexo IV) no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da adjudicação do julgamento da presente Licitação.
- 16.4. Quando a empresa adjudicatária não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazêlo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.
- 16.5. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- 16.6. O contrato firmado entre a Administração Pública e a licitante vencedora poderá ser prorrogado nos termos e condições previstas na Lei nº 8.666/93.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:
 - a) Advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Buritirana – MA por até dois anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 17.2 O atraso na execução do objeto da presente licitação implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;





- 17.2.1 Caso o atraso seja superior a dez dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;
- 17.3 O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em executar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;
- 17.4 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte do adjudicatário, na forma da Lei;
- 17.5 Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;
- 17.6 O licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;
- 17.7. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pela variação IGPM, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido em até 05 (cinco) dias da data de sua cominação, mediante Guia de Recolhimento Oficial.

18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Fica assegurado à Comissão Permanente de Licitações o direito de no interesse da Administração, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, adiar a data de abertura das propostas da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados através de *email* ou outro meio adequado, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data inicialmente marcada, como também o de alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta licitação, desde que fixe novo prazo para apresentação das propostas, ou ainda revogar o processo licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e/ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, a qualquer tempo.
- 18.2. Nos termos do art. 48 e sem prejuízo do estabelecido no art. 109, ambos da Lei n.º 8.666/93, o descumprimento de qualquer das disposições contidas nos itens deste Edital e seus Anexos, poderá ensejar a inabilitação ou desclassificação, respectivamente.





- 18.3. As decisões da Comissão Permanente de Licitações, bem como os demais atos de interesse dos licitantes serão publicados no Diário Oficial do Estado, caso não possam ser feitas diretamente aos seus representantes.
- 18.4. Na hipótese de o processo licitatório vir a ser interrompido, o prazo de validade das propostas fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que estiver suspenso o feito.
- 18.5. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o Licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram.
- 18.6. O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Administração Municipal ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e seus sucessores.
- 18.7. A Comissão poderá promover diligências de acordo com as disposições da legislação pertinente para dirimir dúvidas e esclarecer aspectos que possam representar condicionantes a perfeita análise das propostas. Enquadram-se nesta estratégia, inclusive, a eventual solicitação dos originais dos documentos, principalmente referentes a Regularidade Fiscal, os quais na medida das possibilidades dos Licitantes, deverão estar disponíveis para serem apresentados se solicitados, na sessão de abertura da documentação de habilitação.
- 18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 18.9. A Comissão Permanente de Licitações CPL prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados sobre o Edital e seus anexos, os quais poderão ser consultados e obtidos gratuitamente por meio do site www.buritirana.ma.gov.br ou mediante solicitação ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, mediante o pagamento no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal DAM, estando disponível para atendimento em dias úteis das 08:00 às 12:00 horas, na sede da Comissão Permanente de Licitações sito na Rua Senador La Rocque s/n Centro Buritirana MA

Buritirana (MA), 19 de Dezembro de 2017

Osiran Santos Sousa

Presidente da Comissão Permanente de Licitações





TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017 - CPL

ANEXO I

(CARTA DE APRESENTAÇÃO) PROPOSTA DE PREÇOS

(empresa), com sede na cidade de	à Rua, n.º
, inscrita no CNPJ/MF sob o número, portador do CPF n.º	e R.G. n.º, abaixo
assinado, propõe à Secretaria Municipal de Obras Transpor	
discriminados para a drenagem de vias urbanas do municíp Preços 007/2017 - CPL:	bio de Buritirana, objeto da Tomada de
a) O preço da proposta é de R\$().	
b) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferio	or a 60 (sessenta) dias, contados a partir
da data de abertura da licitação;	
c) O prazo para execução dos serviços será de três meses.	
Nome, Identidade e Assinatura do Re	esponsável Legal





TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017 - CPL

ANEXO II

PROJETO BÁSICO TERMO DE REFERÊNCIA







PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA - MA OBJETO: Drenagem de Vias Urbanas no Municipio de BURITIRANA -MA FONTE DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITARIOS - DATA BASE : SINAPI - AGOSTO - 2017 DNIT SICRO - MARÇO 2017 LOCAL: BURITIRANA - MA Leis sociais = 87,61%

BDI = 26,14%

R\$

210.526,31

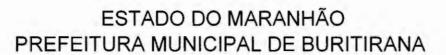
TEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	REFERENCIA	CÓDIGO DO SERVIÇO	PREÇO UNIT. \$/ BDI	PREÇO UNIT. C/BDI	PREÇO TOTAL
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES		*					3.188,73
1.1	PLACA INDICATIVA DA OBRA	m²	6,00	SINAPI	74209/001	266,11	335,67	2,014,02
1.2	LOCACAO E NIVELAMENTO DE EMISSARIO/REDE COLETORA COM AUXILIO DE EQUIPAMENTO TOPOGRÁFICO	m	419,54	SINAPI	85323	2,22	2,80	1.174,71
2.	RETIRADA E RECOMPOSIÇÃO DO PAVIMENTO EM BLOCOS DE CONCRETO							40.441,08
2.1	escavação e carga de material de Jazida com Trator de 74,5 kw e carregadeir. De 1,53 m³		419,54	SICRO-DNIT	4816007	8,11	10,23	4.291,89
2.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ - RODOVIA EM LEITO NATURAL		6.254,91	SICRO-DNIT	5914359	0,67	0,85	5.316,67
2.3	LIMPEZA SUPERFICIAL DE ÁREAS COM MOTONIVELADORA	m²	1.048,85	SINAPI	73822/002	0,45	0,57	597,84
2.4	ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1A CATEGORIA COM TRATOR SOBRI ESTEIRAS 347 HP E CACAMBA 6M3, DMT 50 A 200M		104,89	SINAPI	74154/001	3,96	5,00	524,43
2.5	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	m²	1.048,85	SINAPI	72961	1,05	1,32	1.384,48
2.6	SUB-BASE SOLO ESTABILIZADO GRANUL. S/ MISTURA DE MATERIAL	m³	32,93	SICRO-DNIT	4011227	6,88	8,68	285,83
2.7	BASE DE SOLO ARENOSO FINO, COMPACTAÇÃO 100% PROCTOR MODIFICADO	m ^a	32,93	SINAPI	72910	8,76	11,05	363,88
2.8	REMOCAO DE BLOKRET COM EMPILHAMENTO	m²	329,32	SINAPI	85375	8,39	10,58	3.484,21
2.9	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 10 CM. AF_12/2015.	m²	329,32	SINAPI	92395	58,24	73,46	24.191,85
3.	DRENAGEM							166.896,50
3.1	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM ESCAVADEIRAHIDRÁULICA (0,8 M3/111 HP), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA. AF_01/2015		942,99	SINAPI	90085	6,35	8,01	7.553,35
3.2	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	m³	663,37	SINAPI	93367	11,03	13,91	9.227,54
3.3	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	99,00	SINAPI	92210	77,52	97,78	9.680,22
3.4	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	320,54	SINAPI	92216	258,48	326,05	104.512,07
3.5	POCO VISITA AG PLUV:CONC ARM 1,70X1,70X1,80M COLETOR D=1,20M PAREDE E=15CM BASE CONC FCK=10MPA REVEST C/ARG CIM/AREIA 1:4 DEGRAUS FF INCL FORN TODOS MATERIAIS	un	5,00	SINAPI	74124/008	3.973,62	5.012,32	25.061,60
3.6	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO	un	13,00	SINAPI	83659	539,21	680,16	8.842,08
3.7	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR, DIAMETRO =1,00M, EM CONCRETO CICLOPICO, INCLUINDO FORMAS, ESCAVACAO, REATERRO E MATERIAIS, EXCLUINDO MATERIAL REATERRO JAZIDA E TRANSPORTE.	un	1,00	SINAPI	73856/004	1.601,11	2.019,64	2.019,64
	TOTAL DA OBRA							R\$ 210.526,31

Assinatura do Resp. Técnico sobre carimbo

Demosthenes Sousa Lima Engenbeiro Civil CREA - 7350-DIMA









	Quantitativo de Se	rviços							
-									
	* Dados:	Extensão	=		320,54 m	DMT Mat. Jazida	=	10,0	km
		Largura	=		m	Empolamento	=	1,2	
		Esp. da Base			0,2 m	Embocaduras	=	0	und
1.0	SERVIÇOS PRELIMINAR	ES							
1.1	PLACA INDICATIVA DA O								
	2 m	X 3	m	X 1	und	=		6,00) m²
.1	LOCACAO E NIVELAMEN	NTO DE EMISS						419	9,54
	TUBOS DE 1000							320,54	
	TUBOS DE 400					=		99,00) m
.0	TERRAPLENAGEM								
.1	ESCAVAÇÃO E CARGA I	DE MATERIAL DE J	AZIDA	1					
	1.048,85 m ²		Χ	0,40	m	=		419,54	4 m ³
.2	TRANSP, LOCAL C/ BAS	C. 10M3 DE MATEI	RIAL D	E JAZIDA					
	ÁREA			ALTURA	EMPOLAM.	DMT DE	NSIDADE		
	1.048,85 m ²		X	0,30119149	m X 1,2 x	10,00 x	1,65	6.254,9	1 tkm
.3	LIMPEZA SUPERFICIAL	DE ÁREAS COM M	OTON	IVELADORA					
								1.048,8	5 m²
	ESCAVACAO MECANICA	A DE MATERIAL 1A			OVENIENTE DE CO	RTE DE SUBLEITO	(C/TRATOR E	STEIRAS 160H	P)
	1.048,85 M2		Х	0,1	m x		1,00	104,89	9 m3
	BOTA-FORA DE MATER	IAL EXCEDENTE							
2.4	RECONFORMAÇÃO DA	PLATAFORMA				-		104,8	9 m ³
	SUB-BASE SOLO ESTAB		C/ MI	CTUDA DE N	MATERIAL	=		1.048,8	5 m²
	SUD-DASE SULU ESTAB								
	164,66 m ²	X 2	X	0,20	m	=		32,9	3 m ³

Demosthenes Sousa Limo Engerheiro Civil CREA - 7350-DIMA





OBJETO: Drenagem de Vias Urbanas no Municipio de BURITIRANA -MA

	Quantitativo de Serviço	s								
	REMOCAO DE BLOKRET COM	M EMPILHAMENTO								
	329,32 M						=		329,3	2 m ²
.1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO E	M PISO INTERTRAVA	ADO, COM BLO	CO SEX	TAVADO I	DE 2	5 X 25 CM, E	SPESSURA	4 10 CM. AF_12/2	015.
	164,66 m	X 2					=		329,3	2 m²
0	DRENAGEM									
	ESCAVAÇÃO MECANIZADA D	E VALA COM PROF. I	MAIOR QUE 1.	5 M ATÉ	3.0 M (MÉ	DIA E	ENTRE MON	ITANTE E J	USANTE/UMA CC	MPOS
2	POR TRECHO), COM ESCAVA	DEIRAHIDRÁULICA (0,8 M3/111 HP	, LARG.	DE 1,5 M	4 2,5	M, EM SOL	O DE 1A CA	TEGORIA. AF 01	1/2015
			COMPRIME		LARG		ROFUNDID		VOLUME	
								=	942,99 m ³	
	TRECHO 01		86,05	X	1,50	X	1,40	=	180,71 m ³	
	TRECHO 02		67,54	X	1,50		2	=	202,62 m ³	
	TRECHO 03		119,35	X	1,50	X	1,8	=	322,25 m ³	
	TRECHO 04		22,6	X	1,50	X	1,8	=	61,02 m ³	
	LANÇAMENTO FINAL		25	X	1,50	X	1,8	=	67,50 m ³	
	TUBOS DN400		99,00	X	1,00	X	1,1	=	108,90 m ³	
	TOTAL								942,99 m ³	
2	COMPACTAÇÃO DE ATERRO	PARA BUEIROS								
		COMPRIME	OTA	LARG	F	PROFUNDID	ADE	VOLUME		
								=	663,37 m³	
	TRECHO 01	0,785	86,05	X	1,50	X	1,4	=	113,16 m ³	
	TRECHO 02	0,785	67,54	X	1,50	X	2	=	149,60 m ³	
	TRECHO 03	0,785	119,35	X	1,50		1,8	=	228,56 m ³	
	TRECHO 04	0,785	22,6	X	1,50		1,8	=	43,28 m³	
	LANÇAMENTO FINAL	0,785	25	X	1,50		1,8	=	47,88 m³	
	TUBOS DN400	0,283	99,00	X	1,00	X	1,1	=	80,91 m ³	
	TOTAL								663,37 m ³	
	FORNECIMENTO E ASSENTA FORNECIMENTO DE MATERI			ARMAD	O PARA G	ALEF	RIAS URBAN	IAS, INCLU	SIVE,	
3	TUBO DE CONCRETO PARA COM BAIXO NÍVEL DE INTER							NTA RÍGIDA	A, INSTALADO EM	A LOCA
			COMPRIME	NTO						
	TRECHO 01		6					=	6,00 M	
	TRECHO 02		6					=	6,00 M	
	TRECHO 03		6					=	6,00 M	
	TRECHO 04		6					=	6,00 M	
	TRECHO 05		18					=	18,00 M	
	TRECHO 06		10					=	10,00 M	

Demosthenes Sousa Lima Engentheiro Civil CREA - 7350-D/MA





	Quantitativo de Serviços				
	TRECHO 07	8		=	8,00 M
	TRECHO 08	6			6,00 M
	TRECHO 09	8		=	8,00 M
	TRECHO 10	6		=	6,00 M
	TRECHO 11	7		=	7,00 M
	TRECHO 12	6		=	6,00 M
	TRECHO 13	6		=	6,00 M
		99	,00		
	TOTAL	99,00	m		
.3	TUBO DE CONCRETO PARA RED COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERI	ÊNCIAS - FORNECIMENTO E	ASSENTAMENTO. AF_12	1000 MM, JUNTA RÍGIDA 2/2015	A, INSTALADO EM LOC
		COMPRIM	ENTO		
	TRECHO 01	86,05		=	86,05 M
	TRECHO 02	67,54		=	67,54 M
	TRECHO 03	119,35		=	119,35 M
	TRECHO 04	22,6		=	22,60 M
	TRECHO 05	25		=	25,00 M
			0,54		
	TOTAL	320,54	m		
.6	POCO VISITA AG PLUV:CONC AR CIM/AREIA 1:4 DEGRAUS FF INCL			CM BASE CONC FCK=10	IMPA REVEST C/ARG
		5			
	TOTAL	5	UN		
.7	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA I LASTRO DE CONCRETO 10CM E			ENTO E AREIA 1:3, SOBF	RE
		QUANTIDA	ADE		
		13			
	TOTAL	13	UN		

Hart

Demosthenes bousa Lima Engenboiro Civil CREA - 7350-D/MA

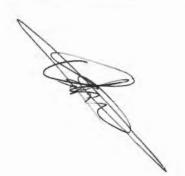


CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBJETO: Drenagem de Vias Urbanas no Municipio de BURITIRANA -MA

LOCAL: BURITIRANA - MA

ITEM	SERVIÇOS	RVIÇOS PESO		PESO	VALOR	ı	nes 01		mes	02	mes	03
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,51%	R\$3.188,73	100,00%		3.188,73						
2.0	RETIRADA E RECOMPOSIÇÃO DO	19,21%	R\$40.441,08	14,32%		5.791,16			85,68%	34.649,92		
4.0	DRENAGEM	79,28%	R\$166.896,50	32,46%	54	4.178,00	37,84%	63.157,89	29,70%	49.560,61		
	TOTAL	100,00%	R\$210.526,31	30,00%	R\$ 6	3.157,89	30,00%	63.157,89	40,00%	84.210,52		



Demosthenes Sousa Lima Engentre Civil CREA - 7350-D/MA







COMPOSICAO DE BDI

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA - MA

OBJETO: Drenagem de Vias Urbanas no Municipio de BURITIRANA -MA

LOCAL: BURITIRANA - MA

nrennië a	VALOR	Taxas		
DESCRIÇÃO	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIO	Adotadas - %
Taxa de seguros + Garantia (*)	0,32	0,74	0,40	0,32
Risco	0,50	0,97	0,56	0,50
Despesas Financeiras	1,02	1,21	1,11	1,02
Administração Central	3,80	4,67	4,01	3,80
Lucro	6,64	8,69	7,30	6,64
Tributos (soma dos itens abaixo)	9,15	10,65	9,90	10,65
COFINS	3,00	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
CPRB	4,50	4,50	4,50	4,50
ISS (**) (***)	1,00	2,50	1,75	2,50
TOTAL	19,60	24,23	20,97	26,14

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central:

DF = taxa das despesas financeiras;

S = taxa de seguros

G = taxa de garantia

R = taxa de risco

I = taxa de tributos;

L = taxa de lucro.

Observações:

(*) - Pode haver garantia desde que previsto no Edital da Licitação e no Contrato de Execução.

(**) - A taxa de ISS foi considerado que o custo da mão-de obra corresponde a 50% do valor dos serviços.

(***) - Podem ser aceitos outros percentuais de ISS desde que previsto na legislação municipal.

Demostheres Sousa Lima Engertroiro Civil CREA - 7350-DIMA

	ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA											
ITEM	NOME		DISTANCIA (m)		DISTANCIA (m)	COMPRIMENTO	LARGURA PAVIMENTO	TERRAPLAC	LARGUR A CALÇAD A	AREA PASSEIO	AREA PAVIMENTO	AREA TERRAPLAN AGEM
	TUBOS DE 1000 TUBOS DE 400					320,54 99,00	2,5 2,5	2,5 2,5	0,00	0,00		
		TOTAL				419.54				0,00	1.048,85	1.048,85



Demosthenes Sousa Limo Engentheiro Civil CREA - 7350-D/MA







CURVA ABC DE SERVIÇOS

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA - MA

OBJETO: Drenagem de Vias Urbanas no Municipio de BURITIRANA -MA

FONTE DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITARIOS - DATA BASE: SINAPI - AGOSTO - 2017 DNIT SICRO2 - MARÇO 2017

LOCAL: BURITIRANA - MA

Leis sociais = 87,61%

BDI = 26,14%

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	PREÇO TOTAL	PARTICIPAÇÃO
3.4	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	104.512,07	49,64%
3.5	POCO VISITA AG PLUV:CONC ARM 1,70X1,70X1,80M COLETOR D=1,20M PAREDE E=15CM BASE CONC FCK=10MPA REVEST C/ARG CIM/AREIA 1:4 DEGRAUS FF INCL FORN TODOS MATERIAIS	un	25.061,60	11,90%
2.9	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 10 CM. AF_12/2015.	m²	24.191,85	11,49%
3.3	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	9.680,22	4,60%
3.2	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1º CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF 04/2016	m³	9.227,54	4,38%
3.6	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TUOLO MACICO, REVESTIDA C/ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO	un	8.842,08	4,20%
3.1	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM ESCAVADEIRAHIDRÁULICA (0,8 M3/111 HP), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA. AF .01/2015	m³	7.553,35	3,59%
2.2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ - RODOVIA EM LEITO NATURAL	tkm	5.316,67	2,53%
2.1	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE JAZIDA COM TRATOR DE 74,5 KW E CARREGADEIRA DE 1,53 M³	m³	4.291,89	2,04%
2.8	REMOCAO DE BLOKRET COM EMPILHAMENTO	m²	3.484,21	1,65%
3.7	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR, DIAMETRO =1,00M, EM CONCRETO CICLOPICO, INCLUINDO FORMAS, ESCAVACAO, REATERRO E MATERIAIS, EXCLUINDO MATERIAL REATERRO JAZIDA E TRANSPORTE.	un	2.019,64	0,96%
1.1	PLACA INDICATIVA DA OBRA	m²	2.014,02	0,96%
2.5	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	m²	1.384,48	0,66%
4.1	MEIO-FIO (GUIA) DE CONCRETO PRE-MOLDADO, DIMENSÕES 10X12X30X100CM (FACE SUPERIORXFACE INFERIORXALTURAXCOMPRIMENTO), REJUNTADO C/ARGAMASSA 1:4 CIMENTO: AREIA, INCLUINDO ESCAVAÇÃO E REATERRO.	m	-	0,00%
1.2	LOCACAO E NIVELAMENTO DE EMISSARIO/REDE COLETORA COM AUXILIO DE EQUIPAMENTO TOPOGRÁFICO	m	1.174,71	0,56%
2.3	LIMPEZA SUPERFICIAL DE ÁREAS COM MOTONIVELADORA	m²	597,84	0,28%
2.4	ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1A CATEGORIA COM TRATOR SOBRE ESTEIRAS 347 HP E CACAMBA 6M3, DMT 50 A 200M	m³	524,43	0,25%
2.7	BASE DE SOLO ARENOSO FINO, COMPACTACAO 100% PROCTOR MODIFICADO	m³	363,88	0,17%
2.6	SUB-BASE SOLO ESTABILIZADO GRANUL. S/ MISTURA DE MATERIAL	m³	285,83	0,14%
	TOTAL DA OBRA		R\$ 210.526,31	100,00%

Assinatura do Resp. Técnico sobre carimbo

Demosthenes Sousa Lima Engenheiro Civil CREA - 7350-D/MA

Página 8





PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM PROFUNDA DE VIA URBANA

LOCAL: SEDE DO MUNICIPIO

RELATÓRIO DE PROJETO E DESENHOS

BURITIRANA – MA DEZEMBRO DE 2016







2 - APRESENTAÇÃO:





2 - Apresentação:

A Prefeitura Municipal de BURITIRANA - Ma, apresenta o Projeto Executivo de Engenharia de Drenagem Superficial e Profunda de Via Urbana, beneficiando a Domingos P. de Castro e Rua Nestor Milhomem no Centro, numa extensão total de 320,24 metros de pavimentação em vias distribuídas.

O projeto em referência contempla os projetos de drenagem superficial e profunda, com aproveitamento da pavimentação existente em blocos de concreto, executando, somente, a recomposição do pavimentação com blocos de concreto, cujos serviços são de extrema necessidade e importância.

Este relatório foi elaborado em conformidade com as normas vigentes preconizadas pelos órgãos viários e atendendo as solicitações e exigência do contratante, tendo a finalidade de expor uma visão geral e detalhada dos estudos desenvolvidos e parâmetros adotados para cada projeto apresentado.

Os estudos propostos estão sendo apresentados, contendo todas as informações necessárias para a execução da obra em referência.

Todas as caixas de ruas são padronizadas com meio-fio, fazendo um total de 6,5 metros para as mesmas.

And the second s





3 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

Sharing the same of the same o





3 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

Implantação de Drenagem profunda com recomposição de pavimento em bloco de concreto sextavado (30x30x8)cm, meio-fio (12x15x25)cm, beneficiando o Centro, numa extensão total de 320,24 metros.







4 - JUSTIFICATIVA:





4 - JUSTIFICATIVA:

A implantação deste empreendimento beneficiará moradores e todo conjunto urbanístico da área, que se encontra hoje sem os devidos cuidados ambientais, melhorando o desempenho dos equipamentos de limpeza, segurança e conseqüentemente o de saúde pública.

A intervenção proposta beneficiará grande parte da população do Centro, proporcionando melhores condições da malha viária desta localidade, facilitando assim, a locomoção da população dentro desta região central e com outros bairros.

A escolha do local deve-se ao fato de ser esta área da região importante da cidade com riscos de inundação, dentro do Bairro Centro de BURITIRANA

Estes itens foram determinantes para a definição desta área como ideal, colocando as vias do Centro em conformidade com as necessidades da população da cidade.







5 - DIAGNÓSTICO:





5 - DIAGNÓSTICO:

O Diagnostico do projeto executivo de engenharia de drenagem superficial e profunda de vias do Centro, beneficiando nesta área várias ruas, é resultado de visita em campo e de avaliações técnicas feitas com objetivo de apresentar um entendimento sobre a realidade e atender as orientações para o projeto em pauta.

O trecho em estudo acha-se inserido no perímetro urbano. A drenagem superficial e profunda das ruas irão proporcionar uma substancial melhoria nas condições de vida da população como um todo.

O traçado apresenta de modo geral, regular configuração geométrica, apresentando variações pequenas de cota.







6 - ESTUDOS:





6.1 - Estudo Geométrico:

A STATE OF THE PARTY OF THE PAR





6.1 - Estudo Geométrico:

O estudo geométrico foi elaborado com o objetivo de fornecer o alinhamento horizontal e vertical das ruas em estudos, tomando-se como base visita em loco.

Primeiramente definiu-se as diretrizes do projeto, introduzindo correções do greide existente.

O alinhamento horizontal foi definido procurando proporcionar uma melhor conformidade a pista de rolamento.

O alinhamento vertical seguiu basicamente o perfil do terreno existente, não se fazendo necessárias correções significativas.

Meio-fio pré-moldado em todo o perímetro das calçadas, nas dimensões 12x15x25x100 cm para proteção.





6.2 - Projeto de Terraplenagem:







6.2 - Projeto:

O projeto de Terraplenagem foi desenvolvido com base nos levantamentos em loco, sendo desenvolvida a seguinte atividade:

Planta de pavimentação

Em toda parte do trecho considerou-se a aquisição de material de jazida.







7 - ESPECIFICAÇÕES





7 - Especificações de Serviços

7.1 - Especificações Gerais dos Principais Serviços:

7.1.1 – Levantamento de Pavimentação

Os serviços de levantamento de pavimentação serão executados de acordo com as necessidades; devendo ao término dos trabalhos, os pavimentos, guias e sarjetas apresentarem-se com as mesmas características anteriores ou de projeto, salvo determinações da Fiscalização.

- nos casos de materiais aproveitáveis, estes serão retirados e arrumados em locais adequados;
- quando houver necessidade de remoção de guias, a operação será realizada até o ponto de concordância com logradouros adjacentes. Antes de sua arrumação deverão ser limpos da massa de rejuntamento aderente;
- o comprimento será igual a:
 - redes coletoras de esgotos sanitários: medindo pelo estaqueamento topográfico, descontando-se meia cava da singularidade de montante e meia cava da singularidade de jusante, quando ocorrem;
 - o entulho e os materiais não sujeitos a reaproveitamento de qualquer demolição ou remoção serão transportados pela Contratada e levados a botafora escolhido pela Fiscalização, ou, no caso de esta não se pronunciar, em locais a critério da Contratada.

7.1.2 - Regularização e Revestimento

Nas vias de terra, com revestimento de cascalho, brita ou pedregulho, o revestimento deverá ser reposto com espessura igual à do pavimento existente, compactado e regularizado com motoniveladora.





Nos casos às obras deverá ser feitos regularização mecanizada e revestimento, quando necessário, a critério da Fiscalização.

7.1.3 - Execução de Pavimentação

A reposição do pavimento deverá ser iniciada logo após a conclusão do reaterro compactado e regularizado. A Contratada deverá providenciar as diversas reposições, reconstruções ou reparos de qualquer natureza, de modo a tornar o executado igual ao que foi removido, demolido ou rompido. Na reposição de qualquer pavimento, seja no passeio ou no leito carroçável, deverão ser obedecidos o tipo, as dimensões e a qualidade do pavimento encontrado.

A reconstrução do pavimento implica a execução de todos os trabalhos correlatos e afins, tais como recolocação de meios-fios, tampões, bocas-de-lobo e outros, eventualmente demolidos ou removidos para execução dos serviços.

O pavimento, depois de concluído, deverá estar perfeitamente conformado ao greide e seção transversal do pavimento existente. Não serão admitidas irregularidades ou saliências a pretexto de compensar futuros abatimentos. A emendas do pavimento reposto com pavimento existente deverão apresentar perfeito aspecto de continuidade. Se for o caso, deverão ser feitas tantas reposições quantas forem necessárias, sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, até que não haja mais abatimentos na pavimentação.

8. PROJETO DE DRENAGEM

ESTUDOS HIDROLÓGICOS

Objetivos

Os estudos hidrológicos objetivaram a determinação das descargas de pico das bacias hidrográficas, indispensáveis ao dimensionamento hidráulico das obras de drenagem. Os estudos topográficos foram de suma importância, donde se obtiveram os





dados fisiográficos da bacia. Os Estudos Hidrológicos foram elaborados conforme se descreve a seguir:

Dados Primários

No entorno da área de interesse do projeto existe um posto pluviométrico do INMET, porém os dados disponíveis não estão formatados de maneira a associar a grandeza de cada precipitação com a duração correspondente, de modo que sirva a determinação das curvas altura x duração x período de recorrência e intensidade x duração x período de recorrência, ambas indispensáveis ao cálculo da descarga da bacia. Ao invés disso, os dados disponíveis estão processados, pela totalização das precipitações de cada dia, e servem apenas para a construção de histogramas mensais. O processamento dos dados desse posto demandaria prazo do qual não dispõe o projeto. Por este motivo, optou-se pela adoção do Posto de São Luis, Capital do Estado do Maranhão, cujos dados de pluviometria estejam apresentados no formato que sirva a metodologia de processamento preconizada para o presente trabalho. O regime pluviométrico desse posto se aproxima daquele que ocorre na área da bacia de contribuição, e isto, evita distorções nas estimativas das descargas de pico, que poderiam produzir o subdimensionamento das seções, conduzindo as obras ao risco de inundações, ou, produzir o superdimensionamento das mesmas, onerando os custos de implantação do empreendimento.

Metodologia Aplicada

Cálculo das Precipitações Pluviométricas

Para o cálculo das precipitações pluviométricas de projeto, adotou-se a metodologia do Engo Otto Pfafstetter, publicado no seu livro denominado Chuvas Intensas





no Brasil (DNOS-MVOP-1.957). Este autor, após exaustivo tratamento estatístico sobre dados obtidos com registros pluviográficos, definiu a equação representativa das precipitações pluviométricas, como sendo:

 $P = T^{\alpha + \beta/T\gamma}$ (at+b.log(1+ct)), ou,

P = K.(at+b.log(1+ct)), onde:

P é o valor da precipitação máxima, em mm;

T é o período de recorrência, em anos;

t é o tempo de duração da precipitação, em horas;

α, β e γ, são coeficientes que dependem da duração da precipitação; e,

a, b e c, são valores constantes para cada posto.

A representação gráfica desta equação é feita em papel bi-logarítmo e como tal, o paralelismo das curvas se traduz por um desdobramento da equação em dois fatores, onde o primeiro caracteriza a forma da curva a ajustar e o segundo, sua posição no eixo das precipitações.

O primeiro fator é chamado de fator de probabilidade: $K = T^{\alpha + \beta / T_{\gamma}}$, define a forma da curva a ajustar à representação gráfica das precipitações em relação ao tempo de recorrência, enquanto o segundo fator: at+b.log(1+ct) dá o valor da precipitação relativa ao tempo de recorrência de um ano.

Os dados pluviográficos utilizados no presente trabalho são os relativos ao Posto de São Luis.

O parâmetro α é função da duração da chuva(t) em horas.

O parâmetro β é função de t e do município,

γ é constante e igual a 0,25; e finalmente,

a, b e c são variáveis em função do município.





A tabela abaixo mostra a relação entre α e t relativas ao Posto de São Luis.

t (min)	t (h)	α					
5	0,083	0,108					
15	0,25	0,122					
30	0,5	0,138					
60	1	0,156					
120	2	0,166					
240	4	0,174					
480	8	0,176					
840	14	0,174					
1.440	24	0,170					
2.880	48	0,166	•				
4.320	72	0,160					
5.760	96	0,156					
8.640	144	0,152					

A tabela abaixo mostra a relação entre β, a, b, e c, relativos ao Posto de São Luís.

	β						
Município	t = 5min	t =	t =	t =	Α	b	С
		15min	30min	60min			
São Luís	-0,08	0,00	0,00	0,08	0,4	42	10

Com base nos dados acima, a equação para o Posto de São Luís relativamente ao período de recorrência de um ano é a seguinte:





P1 = 0,4t+42.log(1+10t);

Conhecidos os valores de K calculados na planilha a seguir, determina-se os valores de P1.K correspondentes aos valores das precipitações(P) em função das durações de chuvas(t), e P1.K/t, correspondentes aos valores das intensidades das precipitações(i) em função das durações de chuvas(t), relativos aos períodos de recorrência de 5, 10, 25, 50 e 100 anos, que são apresentados também, na planilha posterior. Esses dados permitiram o traçado das curvas precipitação x duração x período de recorrência e intensidade x duração x período de recorrência, adiante também apresentadas.

Dados Físicos da Bacia de Contribuição

Foram determinados com auxílio das plantas planialtimétricas e cadastrais da Cidade de IMPERATRIZ, fornecidos pela Prefeitura Municipal de IMPERATRIZ em arquivo eletrônico, e de cartas topográficas do MINTER na escala 1:100.000.

Cálculos das Descargas

Metodologia

O cálculo da descarga se faz pelo método racional indicado para a determinação das descargas das pequenas bacias de contribuição, cujo cálculo se faz mediante o emprego da fórmula:

 $Q = C \times i \times A/3,6$; onde:





Q é o valor da descarga em m3/s;

C é um coeficiente adimensional, que depende do complexo solo – cobertura vegetal – uso da terra, o qual representa a parcela da precipitação relativa ao escoamento superficial (run-off).

.i é a intensidade da precipitação pluviométrica em mm/h, obtido por interpolação nas curvas intensidade x duração x período de recorrência, relativa ao tempo de concentração Tc da bacia;

A é área de contribuição em km2.

Tc é o tempo de concentração, em horas, calculado pela fórmula do Califórnia Highways and Public Works, cuja expressão matemática é a seguinte:

Tc = $0.95 \times (L^3/H)^{0.385}$; onde:

L é o comprimento do talvegue principal, em quilômetros;

H é o desnível máximo ao longo de L, em metros;

Os valores do coeficiente C de deflúvio superficial são apresentados na tabela abaixo:

Uso do Solo	Coeficiente de Deflúvio						
Comércio							
Áreas centrais	0,70 a 0,95						
Áreas da periferia do centro	0,50 a 0,70						
Residencial							







Áreas de uma única família	0,30 a 0,50					
Multi-unidades, isoladas	0,40 a 0,60					
Multi-unidades, ligadas	0,60 a 0,75					
Residencial (suburbana)	0,25 a 0,40					
Área de apartamento	0,50 a 0,70					
Industrial						
Áreas leve	0,50 a 0,80					
Áreas densas	0,60 a 0,90					
Parques, cemitérios	0,10 a 0,25					
Playgrounds	0,20 a 0,35					
Pátio e espaço de serviços de	0,20 a 0,40					
estrada de ferro						
Terrenos baldios	0,10 a 0,30					
Tipos de Superfície	Coeficiente de Deflúvio					
Ruas						
Asfalto	0,70 a 0,95					
Concreto	0,80 a 0,95					
Tijolos	0,70 a 0,85					
Trajetos de acesso a calçadas	0,75 a 0,85					
Telhados	0,75 a 0,95					
Gramados; Solos Arenosos						
Plano, 2%	0,05 a 0,10					
Médio, 2 a 7%	0,10 a 0,15					
Ingreme, 7%	0,15 a 0,20					
Gramados; Solo compacto						
Plano, 2%	0,13 a 0,17					
Médio, 2 a 7%	0,18 a 0,22					





Ingreme, 7% 0,15 a 0,35

Para o cálculo das descargas da bacia e principal e das sub-bacias dos bueiros que serão instalados nas ruas que cruzam o canal, adotar-se-á o coeficiente C = 0,50.

Para bacias cujas áreas estão compreendidas entre 5 e 10 km2, ajusta-se a fórmula do método racional por um fator φ, assumindo a fórmula a forma seguinte:

 $Q = C \times \phi \times i \times A/3,6$; onde:

 $\Phi = A^{1/6}$; onde: A é a área da bacia em km2

As descargas nas seções de controle se determinam conforme a metodologia exposta. Os valores das intensidades das precipitações pluviométricas são obtidos da planilha anexa intitulada CÁLCULO DAS PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS, por interpolação linear, para os tempos de concentração Tc.

Dimensionamento Hidráulico

Cálculo das Velocidades nas Seções de Controle

A velocidade na seção de jusante se determina pela fórmula de Manning, cuja expressão matemática é a seguinte:

 $V = 1/n \times R_h^{2/3} \times I^{1/2}$; onde:





V é a velocidade de escoamento;

.n é o coeficiente de rugosidade do material das paredes;

R_h é o raio hidráulico da seção, equivale a relação entre a área molhada e o perímetro molhado, que matematicamente se representa assim: Rh = A/P;

I é a declividade longitudinal do canal; e,

Os limites de velocidade admissíveis por diversos tipos de materiais, para que as paredes dos canais suportem os efeitos erosivos, são tabelados pelo Manual de Drenagem do DNIT, e são apresentados no quadro abaixo

ITEM	COBERTURA SUPERFICIAL	VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA M/S			
1.	GRAMA COMUM FIRMIMENTE PLANTADA	1.50 - 1,80			
2.	TUFOS DE GRAMA COM SOLO EXPOSTO	0,60 - 1,20			
3.	ARGILA	0,80 - 1,30			
4.	ARGILA COLOIDAL	1,30 - 1,80			
5.	LODO	0,35 - 0,85			
6.	AREIA FINA	0,30 - 0,40			







7.	AREIA MÉDIA	0,35 - 0,45
8.	CASCALHO FINA	0,50 - 0,80
9.	SILTE	0,70 - 1,20
10.	ALVENARIA DE TIJOLOS	2,5
11.	CONCRETO DE CIMENTO PORTLAND	4,5
12.	AGLOMERADOS CONSISTENTES	2
13.	REVESTIMENTO BETUMINOSO	3,00 - 4,00

Cálculo das Descargas Máximas Admissíveis

A descarga máxima admissível pela seção se determina pela equação da continuidade, mediante a aplicação da fórmula:

Qm = A.Vm; onde,

Qm é o valor da descarga máxima admissível pela seção em m3/s;

A é o valor da área da seção em m2; e,

Vm é o valor da velocidade máxima admissível na seção em m/s.

AND THE REST OF THE PARTY OF TH





Resultados Obtidos

Os resultados obtidos nos estudos hidrológicos são apresentados no presente capitulo, na forma de planilhas de cálculo contendo:

- Curva precipitação x duração relativa ao período de recorrência de 1 ano;
- · Valores do fator de probabilidade "k";
- Cálculo das curvas precipitação x duração x período de recorrência, relativas aos períodos de recorrência de 5, 10, 25, 50 e 100 anos;
- Cálculo das curvas intensidade x duração x período de recorrência, relativas aos períodos de recorrência de 5, 10, 25, 50 e 100 anos;

BURITIRANA/MA, dezembro de 2016





OBJETO: DRENAGEM DE VIAS URBANAS

LOCAL: BURITIRANA-MA.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO











OBJETO: DRENAGEM DE VIAS URBANAS

LOCAL: BURITIRANA-MA.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO











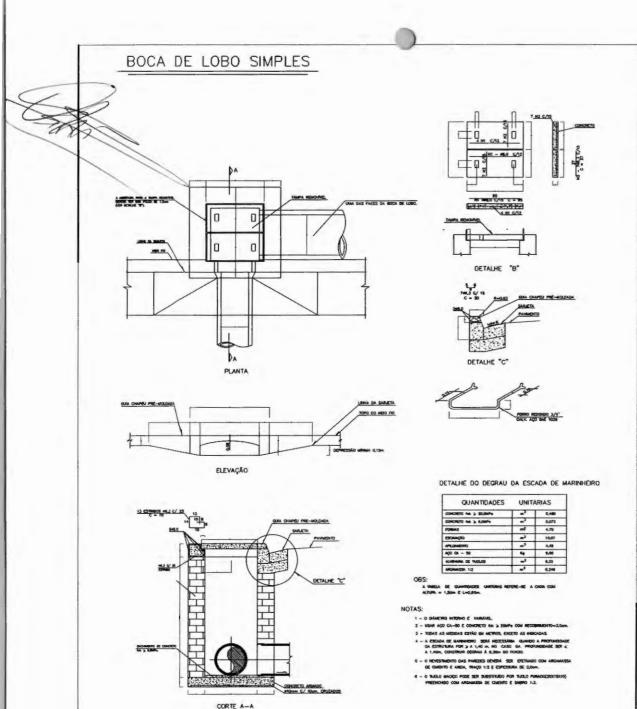
OBJETO: DRENAGEM DE VIAS URBANAS

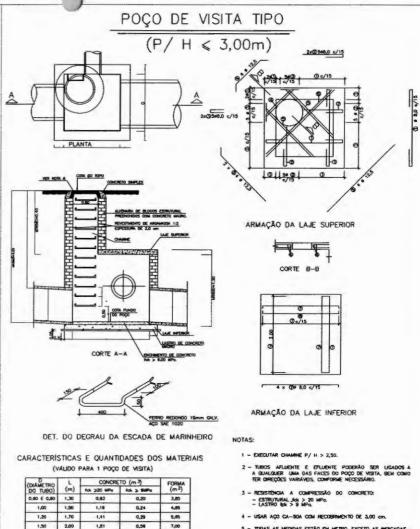
LOCAL: BURITIRANA-MA.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO







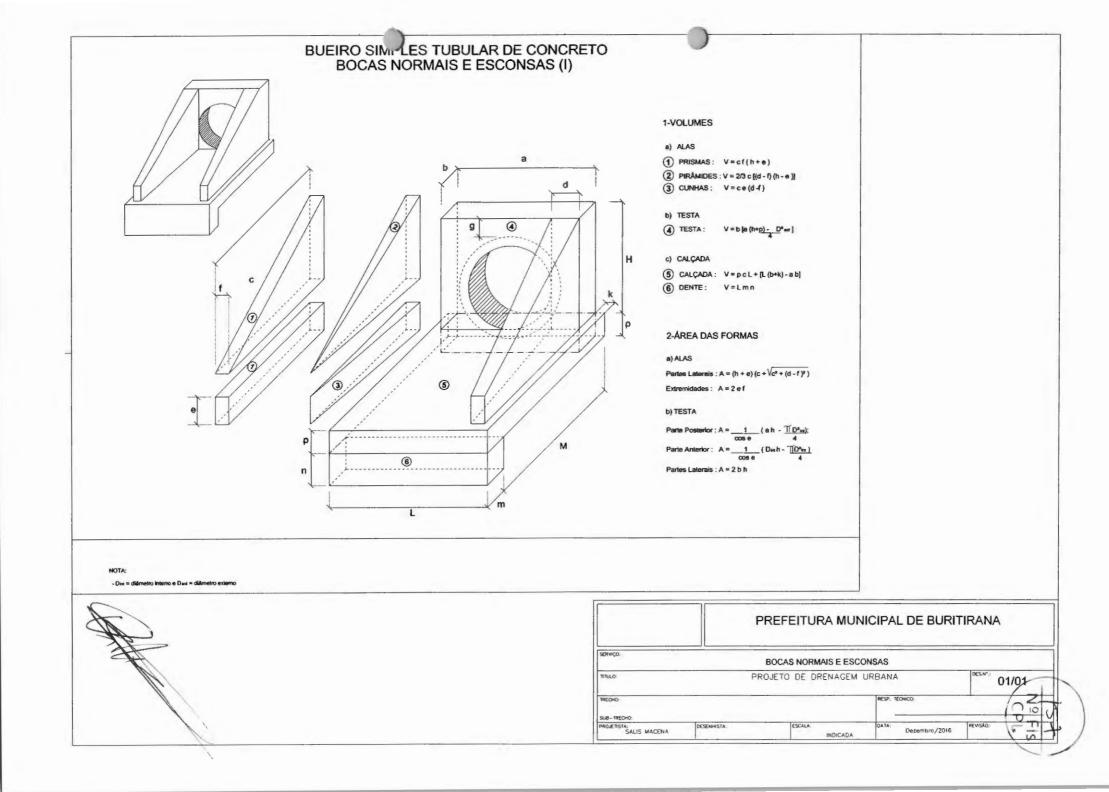


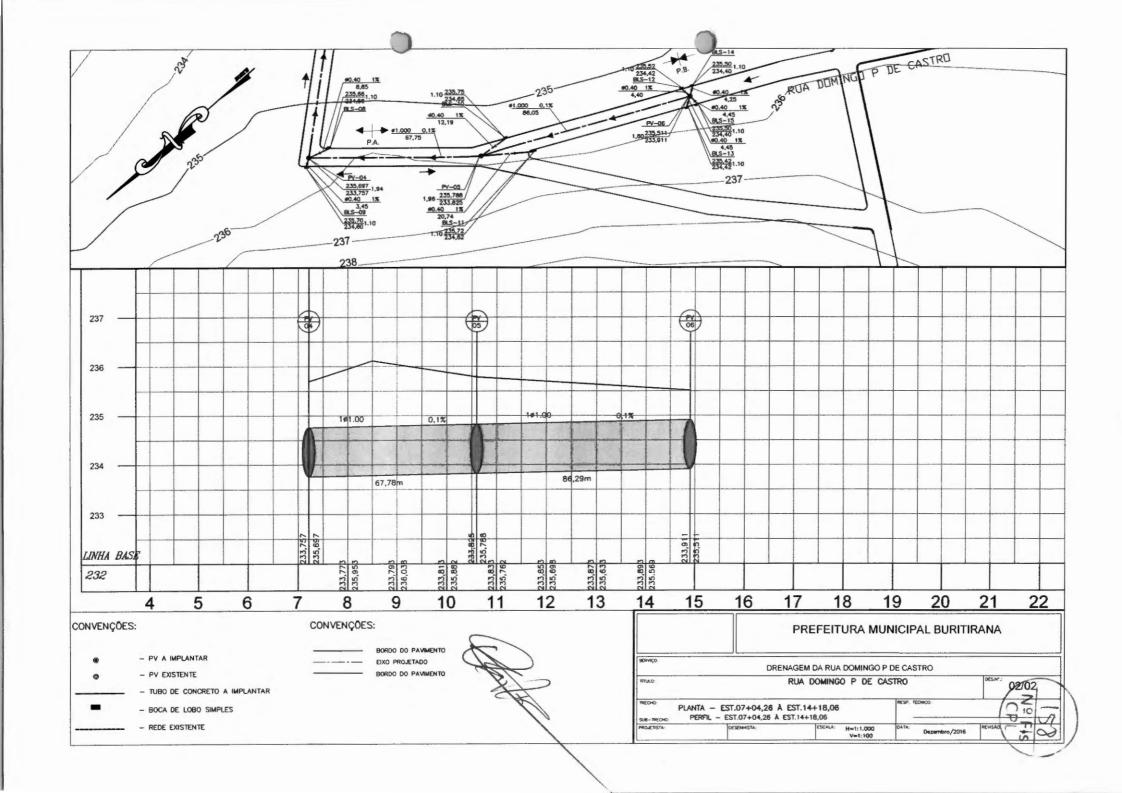
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA

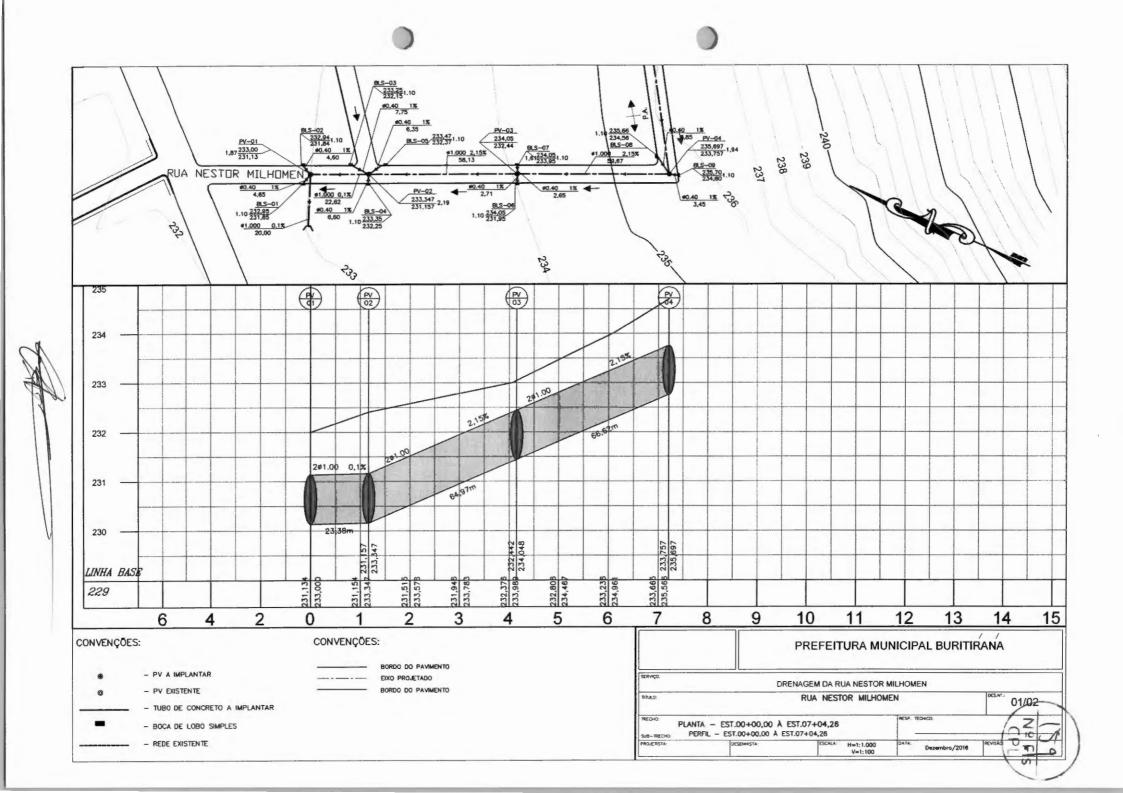
DETALHES GERAIS THULD PROJETO DE DRENAGEM URBANA 01/01 SUB-TRECHO SALIS MACENA INDICADA

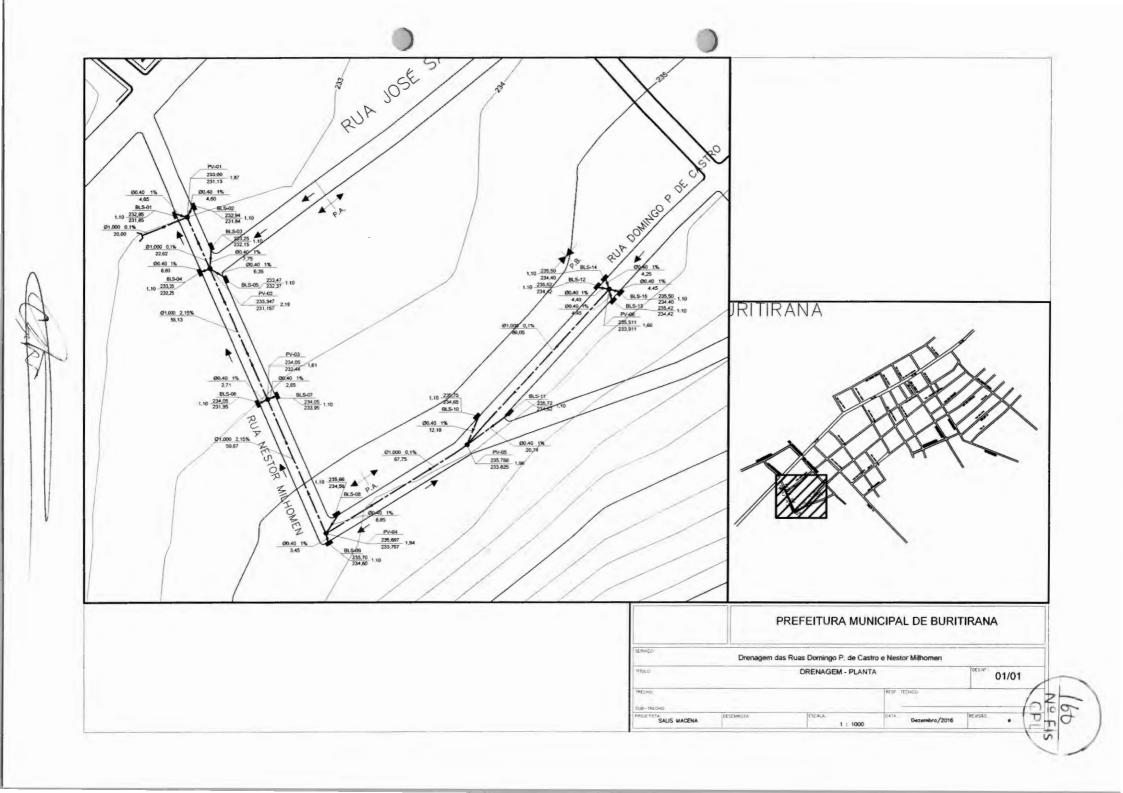
5 - TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METRO, EXCETO AS INDICADAS.

Z 10 TO S









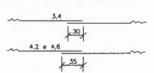
30S DE CONCRETO ARMADO

										TA	BEL	A DE	ARM	ADURA	AS (P	OR	ME	RO	DE	TUBO)							
	TUBOS	TIP	O CA	-1 (A	(TNB)			TUBOS	TIP	O CA	-2 (ABNT)			TUBOS	TIF	O CA	-3 (4	ABNT)			TUBOS	TIP	O CA	-4 (4	ABNT)	
FORMA	5	ARM	ADUR	AS (C	A-60	OB)	FORMAS ARMADURAS (CA-60B)						FORMA	S	AR	ADUF	AS (CA-60	DB)	FORMAS	5	ARMADURAS (CA-60B)					
DI(cm)	e(cm)	N	Ø	ESP.	0.	COMP	DI(cm)	e(cm)	N	Ø	ESP.	Q.	COMP.	DI(cm)	e(cm)	N	Ø	ESP.	Q.	COMP.	DI(cm)	e(cm)	N	Ø	ESP.	Q.	COMP
	-	1	3.4	15	14	corr			1	3,4	15	14	corr.			3	3,4	15	29	corr.			3	3,4		29	corr
60	8	i -	-	-	-	1	60	8	-	-	-	-	-	- 6D	8	4	5,0	10	10	260	60	8	4	6.0		10	260
		2	4.6	10	10	240			2	5.0	9	11	240			5	5,0	10	10	240			5	6,0		10	240
		1	3.4	15	18	corr.			1	4.2	20	14	corr.	80 10		3	4,2	20	28	corr.			3	4,2	20	28	corr
80	10	-	-	-	10		80	10	0	0.0	-		315		4	6,0	10	10	335	80	10	4	7.0	11	9	335	
		2	5,0	10	10	315			2	6.0	9	11				5	6,0	10	10	305			5	7,0		9	305
		3	3,4		46	corr.			3	4,2	20	35	corr.		100 12	3	4,2	20	35	corr.			3	4,6		35	COTT
100	12	4	4,6	10	10	405	100	12	4	6,0	12	8	405	100		4	6,0	9	11	405	100	12	4	7,0	9	11	405
		5	4,6	10	10	365			5	6,0	12	8	365			5	6,0		11	365			5	7.0		11	365
		3	3,4		56	corr.			3	4.2	20	42	corr.			3	4,6	20	42	corr.	1		3	4,6		42	corr.
120	1.3	4	5,0	10	10	475	120	1.5	4	6,0	9	11	475	120	13	4	7,0	9	11	475	120	13	4	8,0		11	475
		5	5,0		10	425			5	6,0	9	11	425			5	7,0		11	425		_	5	8.0		11	425
		3	4,2 20 51 corr. 3 4,6 20 51 corr.	corr.	100		3	4,6	20	51	corr.			3	4,6		51	corr.									
150	14	4	6,0	10	10	580	150	50 14 4 7,0 9 11 580 150 14 4 5 7,0 9 11 520 5		9	11		150	150 14			8,0		150	14	4	8,0	6	16	580		
		5	6.0	10	10	520			8,0	8	12	520			5	8,0	6	16	520								

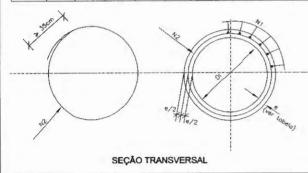
fck ≥ 15 MPo AÇO CA-60B

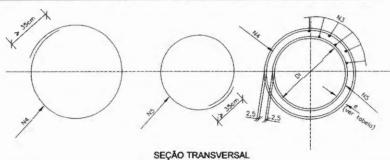
DET. DE EMENDA

(EMENDAR EM POSIÇÕES DIFERENTES)



	CA-1(ALTURA DE ATERRO)1,0 à ≤ 3,5m CA-2(ALTURA DE ATERRO) ≤ 5,0m											CA-3(ALTURA DE ATERRO) ≤ 7.0m						CA-4(ALTURA DE ATERRO) ≤ 8,5m								
	RESUMO DE AÇO RESUMO DE AÇO											RESUMO DE AÇO						RESUMO DE AÇO								
BIT	AJC	60	80	100	120	150	BI	TOLA	60	80	100	120	150	BITOLA	60	80	100	120	150	BITC	DLA	60	80	100	120	150
0	kg/m	PESO(kg	PESO(kg	PESO(kg	PESO(kg)	PESO(kg)	Ø	kg/m	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)	Ø kg/1	nPESO(kg	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)	ø	kg/m	PESO(kg	PESO(kg	PESO(kg)	PESO(kg	PESO(ke
_	0,071	1	1	4	4	-			1	-	-	-	-	3,4 0,07	1 2	-	-	-	-	3,4	0,071	2	-	-	-	-
-	0,109	-	-	-	-	6	4,2	0,109	-	2	4	5	-	4,2 0,10	9 -	3	4	-		4,2	0,109	-	3	-	-	-
4,6	0,130	3	_	10	-	_	4,6	0,130	-	-	-	-	7	4,6 0.13	0 -	-	-	6	7	4,6	0.130	-	-	5	6	7
5.0	0,154	-	5	-	14	-	5,0	0,154	4		-	_	-	5,0 0.15	4 8	-	-	-	-	6,0	0,222	11	-	-	-	-
6.0	0,222	-	-	-	-	24	6,0	0,222	-	8	14	22	-	6,0 0.22	2 -	14	19			7.0	0,302	-	17	26	-	-
							7,0	0,302	-	-	-	-	37	7,0 0.30	2 -		-	30	-	8,0	0,393	-	-	-	39	69
														8,0 0,39	3 -	-	-	-	52							
TOT	AIS	4	6	14	18	30	TO	TAIS	.5	10	18	27	44	TOTAIS	10	17	23	36	59	TOTA	AIS	13	20	31	45	76





NOTAS:

1 - Dimensões em cm;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA

SERVIÇO:

TUBOS DE CONCRETO ARMADO

ITRULO:

PROJETO DE DRENAGEM URBANA

DES N':

01/01

TRECHO

SALIS MACENA

DESENHISTA:

ESCALA:

INDICADA

DE CONCRETO ARMADO

O1/01

PROJETISTA:

DE SERVIÇO:

TUBOS DE CONCRETO ARMADO

O1/01

O1/0





TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017 - CPL

TERMO DE REFERÊNCIA

As interessadas em contratar com a Administração Pública Municipal deverão observar as seguintes exigências:

1. DA HABILITAÇÃO

- 1.1 As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação nos autos do certame:
- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão de Quitação de Tributos Federais e Certidão quanto à Dívida Ativa da União);
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa da Fazenda Estadual e Dívida Ativa).
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal (Tributos Mobiliários e Imobiliários);
- f) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (CRF do FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- h) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- i) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- j) Prova de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA;
- l) Comprovação da Licitante de que, eventualmente declarada vencedora do certame, disporá, na data da contratação, de profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA, detentor de Certidão de Acervo Técnico CAT por execução de obra ou serviço da natureza e volume equivalente ao objeto a que propõe executar;
- 1.1) Para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional supra, as licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos julgarem necessários e pertinentes a um ou mais profissionais;



Nº FIS CPL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- l.2) A comprovação de disponibilidade do profissional, prevista na alínea "l", <u>poderá ser feita por meio de declaração formal</u>;
- **I.3)** Os profissionais indicados pela licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, deverão participar do serviço/obra objeto desta licitação, podendo ser substituídos por outro com experiência equivalente ou superior, mediante prévia autorização da Administração Pública Municipal (§ 10°, do art. 30, da Lei n° 8.666/93);
- m) Declaração a que alude o art. 27°, V da Lei nº 8.666/93;
- n) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, em cópia autenticada, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- **n.1)** A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais devem ser maior que 1,00, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:
 - LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
 PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
 - SG = ATIVO TOTAL
 PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
 - $LC = \frac{ATIVO CIRCULANTE}{PASSIVO CIRCULANTE}$
- **n.2)** As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.
- n.3.) Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.
- **n.4)** Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- n.5) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- n.5.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- n.5.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.





- n.5.3) sociedade criada no exercício em curso:
- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- **n.5.4)** o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

2. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 2.1. As propostas deverão ser apresentadas da seguinte forma:
- 2.1.1. Em papel timbrado da licitante, datilografada ou impressa por qualquer outro meio, datada e assinada pelo seu responsável ou representante legal da licitante, rubricada, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, contendo, necessariamente, os preços, em moeda corrente nacional, em valores unitários e totais, absolutamente líquidos já incluídos todos os encargos inerentes ao objeto; contendo:
- a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação;
- b) Prazo de execução será de três meses;
- c) O preço total da proposta em algarismo e por extenso;
- 2.2. As propostas deverão apresentar preços correntes de mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e ainda:
- 2.2.1. Planilha orçamentária, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal;
- 2.2.2. Composição unitária de preços;
- 2.2.3. Composição de B.D.I.;
- 2.2.4. Composição de encargos sociais;
- 2.2.5. Cronograma Físico-Financeiro
- 2.3. É de exclusiva responsabilidade dos licitantes a descrição de todos os dados da proposta apresentada;
- 2.4. Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo, bem como aquelas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, de modo a ensejar dubiedade, principalmente em relação a valores;





2.5. As propostas de preços serão abertas em ato público, em data a ser definida pela Comissão Permanente de Licitação e comunicada previamente às licitantes.

3 - DAS PENALIDADES

- 3.1 No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:
 - a) Advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Buritirana – MA por até dois anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 3.2 O atraso na execução do objeto da presente licitação implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;
- 3.2.1 Caso o atraso seja superior a dez dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;
- 3.3 O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em executar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;
- **3.4** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte do adjudicatário, na forma da Lei;
- 3.5 Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;
- 3.6 O licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;





3.7. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pela variação IGPM, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido em até 05 (cinco) dias da data de sua cominação, mediante Guia de Recolhimento Oficial.

4 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1 Executar os serviços obedecendo fielmente o Projeto Básico/Executivo;
- **4.2** Arcar com todas as despesas com equipamentos, utensílios, materiais, mão-de-obra, pagamento de seguro, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária e todos os demais encargos tributários ou não decorrentes do objeto do contrato;
- **4.3.** Cumprir fielmente o contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade;
- **4.4.** Manter durante o prazo de execução do contrato as exigências de habilitação e qualificação previstas na licitação;
- **4.5.** Atender, imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da CONTRATANTE, relativamente aos serviços contratados;
- 4.6. Registrar a obra no CREA;
- **4.7.** Cumprir todas as leis, regulamentos e determinações das autoridades constituídas, em especial o Código de Obras e de Postura deste Município;
- **4.8.** Tomar todas as medidas de segurança no trabalho tais como: Sinalização, Advertência, Avisos, Tapumes, enfim, todos os meios necessários a evitar acidentes ou outros imprevistos;
- **4.9.** Responder de maneira absoluta e inescusável pela perfeita técnica dos serviços, quanto ao processo de aplicação dos materiais, inclusive suas quantidades, competindo-lhe, também, a dos serviços que, não aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE, devam ser refeitos;
- 4.10. Facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;
- **4.11.** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 4.12. Efetuar a matricula da obra junto ao INSS.





5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 A Contratante, durante a vigência do contrato, se compromete a:
- **5.1.1.** Efetuar o pagamento na forma convencionada, desde que preenchidas as formalidades previstas neste contrato;
- **5.1.2.** Designar um profissional, se necessário, para, na qualidade de fiscal, acompanhar a execução do objeto;
- **5.1.3.** Comunicar à contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra na execução do objeto.





TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017 - CPL

ANEXO III (MODELO)

(Papel timbrado do Concorrente)
CARTA CREDENCIAL

	de		de 2017
À			
	PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA DE PREÇOS Nº 007/2017 - CPL		
	O abaixo-assinado, responsável legal pela E	mpresa	
	, vem pela presente informa	a Vs. Sas. que o S	Sr
	é designado para representar nossa	empresa na Licitação	acima referida,
podendo assin	nar atas e demais documentos, apresentar impo	ignação, recursos, in	clusive renúncia
expressa a inte	erposição de quaisquer recursos, se for o caso, e	praticar todos os ato	os necessários ao
desempenho d	da representação no processo licitatório.		
	Atenciosamente		
	Nome, Identidade e Assinatura do Resp		
	(Com firma reconhecida em ca	rtorio)	

Jan 1





TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017 - CPL
ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO
CONTRATO N°/2018
CONTRATO DE EXECUÇÃO DE DRENAGEM DE VIAS URBANAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BURITIRANA (MA) E A EMPRESA , NA FORMA ABAIXO.
Ao(s) dias do mês de do ano de 2018, de um lado, o MUNICÍPIO DE BURITIRANA - MA, CNPJ/MF nº 01.601.303/0001-22, com sede administrativa na Av. Senador La Rocque s/n, Centro, por seu Prefeito, VAGTONIO BRANDÃO DOS SANTOS, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade de nº 1404925 SSP-MA e do CPF nº 343.983.333-04, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa, CNPJ/MF n.º, estabelecida na, neste ato, representada pelo, Sr portador do RG n.º, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, tendo em vista o que consta na Tomada de Preços 007/2017 - CPL e proposta apresentada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição, na parte em que com este não conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato, regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO Constitui objeto deste contrato a execução de drenagem de vias urbanas do município de Buritirana (MA), em conformidade com a Tomada de Preços nº 007/2017 - CPL e seus anexos, que independente de transcrição integram este instrumento para todos os fins e efeitos legais. O presente contrato está consubstanciado no procedimento licitatório realizado na forma da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
PARAGRAFO ÚNICO - O objeto deste Contrato será executado em regime de empreitada por preço unitário.
CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a CONTRATADA a envidar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a: a) Executar os Serviços sob o regime de empreitada por preço unitário, obedecendo fielmente o Projeto Básico, na forma constante do(s) anexo(s) da Tomada de Preços nº 007/2017 - CPL, que passam a fazer parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição;





- b) Arcar com todas as despesas com equipamentos, utensílios, materiais, mão-de-obra, pagamento de seguro, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária e todos os demais encargos tributários ou não decorrentes do objeto do contrato;
- c) Cumprir fielmente o presente contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade;
- d) Manter durante o prazo de execução do contrato as exigências de habilitação e qualificação previstas na licitação;
- e) Atender, imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da CONTRATANTE, relativamente aos serviços contratados;
- f) Registrar a obra no CREA;
- g) Cumprir todas as leis, regulamentos e determinações das autoridades constituídas, em especial o Código de Obras e de Postura deste Município;
- h) Tomar todas as medidas de segurança no trabalho tais como: Sinalização, Advertência, Avisos, Tapumes, enfim, todos os meios necessários a evitar acidentes ou outros imprevistos;
- i) Responder de maneira absoluta e inescusável pela perfeita técnica dos serviços, quanto ao processo de aplicação dos materiais, inclusive suas quantidades, competindo-lhe, também, a dos serviços que, não aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE, devam ser refeitos;
- j) facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;
- l) responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- m) Efetuar a matricula da obra junto ao INSS.

PARÁGRAFO ÚNICO – O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

- I) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento, desde que preenchidas as formalidades previstas neste contrato;
- II) Designar o servidor _____, para, na qualidade de fiscal, acompanhar a execução do objeto;
- III) Comunicar à contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra na execução do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DAS MEDIÇÕES

As medições dos serviços serão parciais, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela licitante.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A contratada deverá apresentar a fatura, bem como os demais documentos exigidos, de acordo com cada medição, considerando-se este como o momento do adimplemento da etapa;





SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A primeira medição só será realizada com a apresentação da cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da obra junto ao CREA-MA, bem como documento que comprove que a obra foi matriculada no INSS.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

As demais medições serão liberadas com a apresentação da Guia de Recolhimento junto ao INSS referente ao mês imediatamente anterior à solicitação do pagamento.

SUBCLÁUSULA QUARTA

A medição final só será liberada contra a apresentação da CND junto ao INSS, bem como do Certificado de Regularidade junto ao FGTS, da obra contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO DOS SERVIÇOS, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O pagamento dos serviços de que trata este contrato será efetuado em Reais, após aferição dos respectivos serviços pela Fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços Urbanos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O prazo para pagamento dos serviços contratados será de até 30 (Trinta) dias contados a partir da apresentação da fatura à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E DO RECEBIMENTO FINAL

O prazo para execução das obras e serviços ora contratados será de três meses, em conformidade com a Ordem de Serviço a ser emitida pela CONTRATANTE e aceita pela CONTRATADA.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O Termo de Recebimento Definitivo a que se refere este contrato será lavrado até 30 (Trinta) dias após a conclusão das obras e serviços, uma vez que tenham sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos e/ou supressões autorizadas pela CONTRATANTE, habilitando a CONTRATADA.





SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Quando por parte da CONTRATANTE ocorrer motivos relevantes que impeçam temporariamente a execução deste CONTRATO, o seu prazo de execução será interrompido com as partes firmando documento neste sentido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta dos seguintes recursos:

Convênio nº 003/2017 – UGCC/SINFRA 15.695.0004.1 - 034 – Pavimentação, Drenagens e Sinalização Turística 4.4.90.51 – Obras e instalações

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência do presente contrato será de até 31 (trinta e um) de Dezembro de 2018 (dois mil e dezoito), podendo ser prorrogada nos termos e condições previstas na Lei nº 8.666/93, se de interesse da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Buritirana –MA por até dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O atraso na execução do objeto da presente licitação implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso o atraso seja superior a dez dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em executar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;



173 Nº FIS CPI

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PARÁGRAFO OUARTO

A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte do adjudicatário, na forma da Lei;

PARÁGRAFO QUINTO

Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;

PARÁGRAFO SEXTO

O licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;

PARÁGRAFO SÉTIMO

O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pela variação IGPM, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido em até 05 (cinco) dias da data de sua cominação, mediante Guia de Recolhimento Oficial.

CLAÚSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93.

- I) Constituem motivo para rescisão do Contrato:
- a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados.
- c) A paralisação da execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação á Administração.
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil.
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o contrato.





- j) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- I) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- m) A não-liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de serviços, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos.
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão execução do contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Senador La Rocque – MA, comarca da qual o município de Buritirana - MA é termo judiciário, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela Contratada e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

	Buritirana (MA),	de	de 2018
CONTRATANTE			
Prefeito Municipal			
CONTRATADO			
Representante Legal			
TESTEMUNHAS:			
CPF:			
CPF:			







TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017-CPL

ANEXO V (MODELO)

DECLARAÇÃO

A Empre	esa	, inscrita no CNPJ n.º	por intermédio
de seu re	epresentante legal, Sr.(a)	, portador (a) de	a Cédula de Identidade de
n.º	e do CPF n.º	, DECLARA, para os fins do di	sposto no inciso V do art.
	•	a Lei n.º 9.854/99, que não emprega re e não emprega menor de dezesseis	
Ressalva	a: Emprega menor, a partir de	quatorze anos, na condição de apren-	diz ().
Data			
Represe	ntante Legal		
(Observ	ação: Em caso afirmativo assi	inala a ressalva acima).	





TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017-CPL

ANEXO VI (MODELO)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

O signatário da presente, em nome da Empresa	Preços nº 007/2017-
Local e data:	
(Nome e assinatura do responsável legal pelo proponente)	







TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017-CPL

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO À LC Nº 123/06

299, do Código Penal Br (Microempresa, Empresa o	DECLARA, sob as penas da lei, especialmente o disposto no art. rasileiro, que se encontra enquadrada na condição de de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Cooperativa de so superveniente que implique no seu desenquadramento dessa situação.
Por ser verdade, firm	no a presente declaração.
	Buritirana - MA, de de 2017
	Representante Legal da Empresa

A